

## Instituto de Meteorologia, I. P.

**Despacho (extracto) n.º 9319/2006 (2.ª série).** — Por meu despacho de 11 de Abril de 2006, nomeia-se definitivamente, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2005, nos termos do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, o funcionário Fernando Carlos Pinheiro Mota Feliz na categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira de técnico superior do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, ficando, consequentemente, exonerado da categoria de chefe de repartição.

11 de Abril de 2006. — O Vice-Presidente, *António Dias Baptista*.

**Rectificação n.º 608/2006.** — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 27 151/2005 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Joaquim da Silva Mendes, Maria Madalena do Nascimento Rodrigues Leitão e Maria Paula Ventura Leitão — nomeados, precedendo concurso, na categoria de meteorologista assessor, escalão 1, índice 610» deve ler-se «Joaquim da Silva Mendes, Maria Madalena do Nascimento Rodrigues Leitão e Maria Paula Ventura Leitão — nomeados, precedendo concurso, na categoria de meteorologista assessor, escalão 2, índice 620».

10 de Abril de 2006. — O Vice-Presidente, *António Dias Baptista*.

## MINISTÉRIO DA CULTURA

### Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

**Louvor n.º 463/2006.** — Na altura em que o licenciado Alexandre Augusto Veiga Esteves Pereira cessa, a seu pedido, funções de adjunto do meu Gabinete, entendo prestar-lhe público louvor pelas suas elevadas qualidades profissionais e humanas e pelo empenho, dedicação, lealdade e competência com que exerceu aquele cargo.

31 de Março de 2006. — O Secretário de Estado da Cultura, *Mário Vieira de Carvalho*.

### Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema

**Despacho n.º 9320/2006 (2.ª série).** — Ao abrigo das disposições constantes dos artigos 35.º e 40.º do Código do Procedimento Administrativo e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 165/97, de 28 de Junho, deliberou a direcção da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, em reunião de 29 de Março de 2006, alterar a distribuição de pelouros fixada em reunião de 11 de Janeiro de 2006 (publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25, de 3 de Fevereiro de 2006), e atribuir, a partir de 10 de Abril de 2006, à vogal da direcção, Dr.ª Piedade Braga Santos, o pelouro do Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM) e, consequentemente, as competências constantes da alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do citado diploma, até ao limite de € 2500.

29 de Março de 2006. — O Presidente, *João Bénard da Costa*.

### Instituto Português do Património Arquitectónico

**Aviso n.º 5056/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 6 de Fevereiro de 2006 da Ministra da Cultura, foi aplicada a pena de aposentação compulsiva a Maria Natália Parracho da Silva Carneiro, assistente administrativa especializada da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal dos Serviços Centrais deste Instituto, com efeitos reportados a 28 de Fevereiro de 2006.

10 de Abril de 2006. — O Vice-Presidente, *Henrique Parente*.

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

**Despacho (extracto) n.º 9321/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 4 de Abril de 2006 do juiz-secretário do Conselho Superior da Magistratura:

Teresa Maria Rocha Farinha, escritvã de direito, a exercer funções no 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Cível de Lisboa (liquidatário) — nomeada em comissão de serviço e por urgente conveniência para exercer funções no Conselho Superior da Magis-

tratura, com efeitos a partir do dia 18 de Abril de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2006. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

## TRIBUNAL DE CONTAS

### Direcção-Geral

**Aviso n.º 5057/2006 (2.ª série).** — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, informa-se os interessados de que foram rectificadas e homologadas as listas de antiguidade dos funcionários do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas referentes aos anos de 1999 a 2002, em execução dos Acórdãos do STA de 29 de Junho de 2004 (processos n.ºs 46 417, 46 425 e 46 426) e de 10 de Janeiro de 2006 (processo n.º 466/2002, STA — 2.ª Subsecção), encontrando-se as mesmas afixadas na Secção de Pessoal e disponíveis na página de Gestão de Pessoal da intranet.

Mais se informa que são publicitadas pela mesma via as listas de antiguidade referentes a 31 de Dezembro de 2003, 2004 e 2005, das quais, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, cabe reclamação no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação do presente aviso.

10 de Abril de 2006. — O Director-Geral, *José F. F. Tavares*.

## PROVEDORIA DE JUSTIÇA

**Despacho n.º 9322/2006 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, delego no provedor-adjunto juiz conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo Alberto Augusto Andrade de Oliveira a competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 25.º da Lei Orgânica da Provedoria de Justiça.

Este despacho produz efeitos a 7 de Abril de 2006.

6 de Abril de 2006. — O Provedor de Justiça, *H. Nascimento Rodrigues*.

## UNIVERSIDADE ABERTA

### Reitoria

**Aviso n.º 5058/2006 (2.ª série).** — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho reitoral de 13 de Fevereiro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral com vista ao preenchimento de três lugares na categoria de assessor principal, da carreira técnica superior, de dotação global, do quadro de pessoal não docente da Universidade Aberta.

2 — Bolsa de emprego público (BEP) — o presente aviso será inscrito (registado) na BEP no prazo de dois dias úteis após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.

3 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

4 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o preenchimento das vagas acima mencionadas, caducando com o seu preenchimento.

5 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;

Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril;

Despacho n.º 12 646/2005, de 17 de Maio.